

Carolina Miranda da Cruz Pereira (graduanda/bolsista de iniciação científica); Alessandra David Moreira da Costa (orientadora). *A história, a educação e o currículo no projeto político-pedagógico de um Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no interior do Estado de São Paulo*. (Centro Universitário Moura Lacerda-Ribeirão Preto/SP)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais do campo que, na história do Brasil, se sobressai pelas suas ações, conquistas e, principalmente, pela sua organização. Foi em janeiro de 1984 em Cascavel, no estado do Paraná, onde se realizou o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a participação de 150 delegados, que nasceu institucionalmente o MST e suas primeiras diretrizes para o seu objetivo maior: a Reforma Agrária.

A principal reivindicação atrás do lema “A TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA E VIVE!” era uma política agrícola que assegurasse aos trabalhadores do campo a possibilidade de permanecerem em suas terras, visto que estes as vinham perdendo constantemente para os bancos, ou sendo expulsos pelos fazendeiros e grileiros.

Ao longo de sua trajetória o MST vem ocupando terras consideradas improdutivas pelo próprio Movimento e em muitos casos também pela justiça brasileira, resultando em *assentamentos*. Em outras circunstâncias, o Movimento pesquisa a situação financeira de terras que não são completamente improdutivas, já que existem propriedades que estão em situação de falência ou endividamento.

Esse último caso deu início ao processo de ocupação da área da Usina Tamoio em Araraquara/SP, tornando-se “Assentamento Bela Vista do Chibarro”. A Usina Tamoio foi construída pela Família Morgante que, administrou o seu patrimônio por quase 80 anos, passando por gerações. No entanto, após enfrentar dificuldades financeiras, o negócio foi vendido para o Grupo Silva Gordo que o gerenciou por mais 26 anos.

Ao longo desses anos de má administração, o Grupo foi vendendo as terras para saldar dívidas, e dos 13,5 mil hectares de área restaram 7,2 mil. Na década de 1970, a usina entrou em processo de falência e em julho de 1980 fez um empréstimo junto à Caixa Econômica Estadual. Porém, o pagamento da dívida não foi efetuado, e a área passou para o domínio deste banco.

O Grupo Corona comprou as terras do Banco, e tentou reiniciar os negócios. Todavia, no início da década de 1980 o MST estava em formação, e a seção Bela Vista foi ocupada pelos trabalhadores. Após muita luta e resistência pelo MST, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária) em 1989 oficializou a desapropriação das terras. A área foi dividida em 176 lotes (tendo duas áreas ambientais) e 171 famílias foram assentadas através da Portaria INCRA/P 661/90 de 24/07/1990¹.

Atualmente, vivem no Assentamento aproximadamente 180 famílias provenientes de várias cidades do Estado de São Paulo e de outros Estados. A economia local constitui-se principalmente pela agricultura e pecuária de subsistência, tendo nas pequenas plantações de milho, mandioca e hortaliças sua maior expressão.

A administração da área do Assentamento é de responsabilidade do INCRA juntamente com o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) – órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania que presta assistência técnica às famílias.

O Assentamento Bela Vista do Chibarro conta com 210 casas de alvenaria, a casa sede, um posto de saúde, um salão utilizado para confraternizações e recreação, 4 igrejas, um campo de futebol, um terreiro utilizado para manifestações culturais comunitárias e o prédio escolar.

O prédio escolar pertenceu ao antigo “Grupo Escolar Comendador Pedro Morgante” que foi construído no início da década de 1940 na seção Bela Vista da usina Tamoio, por seu patrono, Pedro Morgante. O Grupo Escolar foi instituído em abril de 1942 e era vinculado à Delegacia Regional de Ensino Básico de Araraquara, pertencente à Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto, sob a coordenação da antiga Secretaria dos Negócios da Educação e da Saúde

Pública do Estado de São Paulo. Em 1970 ficou sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado através da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal.

A escola está localizada no centro da *agrovila* do Assentamento, e atende aos educandos e educandas da faixa etária de 06 a 14 anos que cursam o Ensino Fundamental. A organização do ensino é por ciclos de formação com duração de 9 anos, divididos em três ciclos de 3 anos cada.

Atualmente a escola estendeu o atendimento educacional incorporando a Educação Infantil (4 e 5 anos), a Alfabetização de Jovens e Adultos, o Telecurso do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª séries) e o Telecurso do Ensino Médio (1º ao 3º ano), sendo os dois últimos fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação.

A escola ampliou também o espaço físico e criou novos espaços educativos como a sala de multimeios, biblioteca, laboratório de ciências e informática, cozinha experimental, e iniciou um processo de valorização de todos os espaços do Assentamento como meios de aprendizagem como os lotes, hortas, jardins, rios, matas, etc.

A escola se fundamenta na pedagogia do próprio Movimento, o qual se apropria das concepções pedagógicas de Paulo Freireⁱⁱ, de Makarenkoⁱⁱⁱ e de Pistrak^{iv}, no entanto, é na dinâmica social do próprio Movimento que a educação se constitui como formação de seus atores/sujeitos. Ou seja, o princípio educativo está no próprio movimento, *no transformar-se transformando, a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo esta raiz o formato fundamental de sua identidade pedagógica^v.*

A coletividade está na raiz da pedagogia do Movimento, porque é discutida e gestada coletivamente em relação com outras lutas, como a luta pela terra, que compreende a luta pelo direito ao trabalho, à alimentação, ao bem-estar social, à justiça social, à igualdade de direitos, à difusão e prática de valores humanistas e socialistas, à participação da mulher na sociedade em condições igualitárias, à preservação e recuperação dos recursos naturais e ao emprego e renda.

Na concepção de Caldart^{vi} a pedagogia do movimento aborda diferentes dimensões da formação em relação ao processo de construção, manutenção e perpetuação da luta por um projeto popular de desenvolvimento do campo e do país. As matrizes pedagógicas que orientam o processo educativo dos Sem terra, entendidas pelo Movimento como norteadoras do processo de formação são oito: Pedagogia da luta social, Pedagogia da organização coletiva, Pedagogia da terra, Pedagogia do trabalho e da produção, Pedagogia da cultura, Pedagogia da escolha, Pedagogia da alternância e Pedagogia da história. Segundo Lucini^{vii} “essas pedagogias estão vinculadas a alguns princípios educativos, quais sejam: o *trabalho, a práxis social e a história*”.

Nos objetivos definidos no projeto político-pedagógico da escola pode-se perceber estreita relação com os princípios filosóficos definidos pelo Movimento^{viii}. A educação para a transformação social e para o trabalho e a cooperação é referenciada nos objetivos da escola em estudo como a instrumentalização do (a) educando (a) a partir das concepções de processo permanente de escolha e luta pela terra, bem como pelo trabalho produtivo e coletivo da terra.

Outro princípio filosófico do MST contemplado pela escola é o da educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana (educação *omnilateral*), sendo o objetivo da escola a compreensão pelos (as) educandos (as) do ambiente natural, cultural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade, tendo como parâmetro a realidade local e geral.

A concepção de educação dentro do Movimento nos remete a uma construção contínua entre teoria e prática, a partir de estudos, experiências e vivências do próprio MST. De acordo com Zotti^{ix} *as concepções de currículo evidenciam posicionamentos filosóficos, isto é, a forma de cada educador ver e pensar o mundo, o homem, a sociedade, a educação, a escola, consciente ou inconsciente, de forma intencional ou não-intencional.*

Dessa maneira, é possível compreender que o Movimento elaborou um currículo específico para suas escolas, pois determinou em seus princípios filosóficos e pedagógicos os

valores a serem desenvolvidos e cultivados por seus participantes, de acordo com os principais objetivos do MST que se definem na luta pela terra, trabalho e justiça.

Na organização curricular explicitada no projeto político-pedagógico^x da escola em estudo encontram-se princípios educacionais como a interdisciplinaridade em relação aos conteúdos, buscando resultar na construção de uma relação entre o conhecimento e a realidade. Na concepção da escola do campo, o currículo e a realidade se interagem, formando o (a) educando (a) como sujeito construtor e modificador tanto do conhecimento quanto da sociedade.

O currículo da escola do campo está dividido em quatro grandes temas interdisciplinares. Para cada um dos três ciclos de ensino a escola define os objetivos de cada um dos temas, sendo estes: identidade, meio ambiente e trabalho, ética e política e saúde. Em todos estes temas a escola busca o desenvolvimento de um sujeito-cidadão, consciente de seus direitos e deveres, no entanto é no tema “ética e política” que os objetivos do Movimento têm maior expressão.

A escola do campo através das atividades deste último tema busca o desenvolvimento de uma atitude de amizade para que progressivamente o (a) educando (a) construa os valores necessários para uma boa convivência nos espaços internos e externos à escola.

Também, o conhecimento da necessidade e a função de um representante de um grupo social, os critérios que deverão ser ponderados para a sua escolha, bem como, aprender seus direitos e deveres, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a se posicionar criticamente sobre a lei e a realidade, buscando possibilidades de transformação na sociedade.

O eixo curricular “ética e política” busca criar momentos para exercitar a cidadania através de atitudes de solidariedade, justiça e igualdade no convívio escolar e social, para que o (a) educando (a) possa construir valores essenciais à vida, bem como perceber a importância das lutas sociais como forma de transformação social e defender esses valores.

O tema ainda ressalta a importância dos movimentos sociais, da luta pela terra e pela reforma agrária, e incentiva os (as) estudantes a perceberem sua participação nesta história e efetivamente fazerem parte dela.

Com os princípios e conteúdos citados a escola em estudo pretende formar cidadãos autônomos, politizados, solidários, enfim, que incorporem valores humanistas. Porém, ao mesmo tempo, busca a formação de militantes para a luta pela terra e sua inserção no próprio MST, para que a ideologia e a atuação do Movimento continuem fortemente marcadas na sociedade brasileira.

Conforme afirma Sacristán^{xi}, *a ordenação da distribuição do conhecimento através do sistema educativo é um modo não só de influir na cultura, mas também em toda a ordenação social e econômica da sociedade*. Com essa declaração, faz-se uma relação da pedagogia do MST e, especificamente, dos princípios incorporados e desenvolvidos na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Hermínio Pagotto” no tocante às suas conseqüências nessa microsociedade em particular. Isto é, todo o conteúdo estabelecido pela unidade escolar exerce influência no Assentamento através da formação histórica e cultural desses membros, espalhando-se pelos âmbitos social e econômico.

ⁱ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Hermínio Pagotto”**. Araraquara, SP, 2005.

ⁱⁱ Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) acredita que existem dois tipos de pedagogia: dos dominantes na qual a educação existe como prática de dominação, e do oprimido na qual a educação surgiria como prática de liberdade. Freire condena a educação bancária (transmissão e memorização de conteúdos desconexos) e acredita na formação crítica dos alunos, através da ética e estética.

ⁱⁱⁱ Anton Makarenko (1888-1939), educador russo, buscava formar crianças capazes de dirigir a própria vida no presente e a vida do país no futuro. A escola tinha que permitir o contato com a sociedade e com a natureza, ou seja, ser um lugar para o jovem viver a realidade concreta e participar das decisões sociais..

^{iv} M. Mikhaylovich Pistrak, educador russo, defende o trabalho como categoria principal para a reflexão teórico-pedagógica e para a expressão prática da escola, vinculada à vida da

comunidade. Para ele, o projeto pedagógico socialista deve se basear na idéia do coletivo e ser parte do movimento mais amplo de transformação social.

^v CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem-terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 207

^{vi} Em *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Roseli Salete Caldart (2000) aponta cinco pedagogias, mas entendemos que esta última publicação (2004) reflete o caráter de movimento na construção e (re)construção das matrizes pedagógicas do MST, acrescentando a Pedagogia da Alternância, Pedagogia do trabalho e da produção e Pedagogia da escolha àquelas anteriormente apontadas.

^{vii} LUCINI, Marizete. **O conhecimento histórico na Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIZETE%20LUCINI.pdf> no XXIII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – ANPUH, Londrina, PR, 2005.

^{viii} MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da educação no MST**. Setor de Educação, 1996.

^{ix} ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 03.

^x PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Hermínio Pagotto”**. Araraquara, SP, 2005.

^{xi} SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2000, p. 108.